

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.541 - PI (2019/0079720-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DA VARA ÚNICA DE PARNAÍBA - SJ/PI**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE BURITI DOS**  
                  **LOPES - PI**  
**INTERES.** : **JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES.** : **EM APURAÇÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência entre o **Juízo Federal da Vara única de Parnaíba - SJ/PI**, ora suscitante, e **Juízo de Direito da Vara única de Buriti dos Lopes do Estado do Piauí**, ora suscitado, nos autos inquérito policial instaurado para apuração do delito de obtenção de crédito junto à instituição financeira (Banco Losango S/A) mediante fraude, que se deu com o uso de documentos falsos, para a finalidade específica de aquisição de um televisão e um celular.

Compulsando os autos, verifica-se que o **Juízo de Direito da Vara única de Buriti dos Lopes do Estado do Piauí** declinou a competência em favor da Justiça Federal, alegando que o crime supostamente praticado ocasionou prejuízo à União (Lei n. 7.492/86).

Recebidos os autos pelo **Juízo Federal da Vara única de Parnaíba**, não houve concordância com as alegações do Juízo Estadual, razão pela qual suscitou o presente conflito, asseverando não restar caracterizado o crime do art. 19, da Lei n. 7.492/86, mas sim mero estelionato entre particulares

O Ministério Público Federal opinou no sentido de conhecer o conflito para declarar a competência do **Juízo de Direito da Vara única de Buriti dos Lopes do Estado do Piauí**, sob a alegação de que a conduta em apuração amolda-se ao fato tipificado no art. 171 do Código Penal (estelionato), com ofensa tão somente ao patrimônio privado da instituição financeira, e que não estão presentes elementos especializantes previstos na norma do art. 19, da Lei nº 7.492/86. (fl. 318-324).

É o Relatório.

**Decido.**

O conflito de competência ocorre quando duas ou mais autoridades se julgam competentes (positivo), incompetentes (negativo), ou quando houver divergência sobre a junção de processos, nos termos do artigo 114 do Código de Processo Penal.

No caso concreto, tem-se conflito negativo existente entre Juízos vinculados a Tribunais diversos, logo deve ser dirimido por este **Superior Tribunal de Justiça**, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

O cerne do presente conflito cinge-se a verificar o juízo competente para processar e julgar a suposta prática de delito contra o Sistema Financeiro Nacional previsto no art. 19, da Lei nº 7.492/86 e não de crime de estelionato, previsto no artigo 171, **caput**, do Diploma Penal, visto que, no financiamento mediante fraude perante instituição financeira em questão, houve destinação específica que vinculou o objeto do financiamento (compra de uma TV 43, marca AOC, LED SMART FULL HD; e de um aparelho celular, marca SAMSUNG GALAXY J7 NEO, cor prata, IMEI:355031/09/560470/4). Diante disso, cabe entender que o parecer ministerial diverge do entendimento desta **Corte Superior**.

Nesse diapasão, convém registrar que em se tratando de crime de obtenção de créditos com instituições financeiras mediante fraude e com destinação específica, a **Terceira Seção** sedimentou entendimento de ser competente o Juízo Federal, visto que o delito previsto no art. 19, da Lei nº 7.492/86 tutela os interesses da União.

A corroborar com o entendimento sufragado, colaciono os seguintes precedentes:

*"FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL. INQUÉRITO POLICIAL. CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC) JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, MEDIANTE O USO DE DOCUMENTO FALSO, COM A FINALIDADE DE ADQUIRIR VEÍCULO. ART. 19 DA LEI 7.492/86 (CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL) X ESTELIONATO.*

***DISTINÇÃO ENTRE A CARACTERIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E DO FINANCIAMENTO VINCULADA À DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DOS RECURSOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL QUANDO A CONDUTA ENVOLVER FINANCIAMENTO.***

***1. O crime do art. 19 da Lei n. 7.492/1986 ficará caracterizado quando envolver financiamento, "e só há 'financiamento' quando os recursos obtidos junto à instituição financeira possuem destinação específica, não se confundindo, assim, com mútuo obtido a título pessoal, conduta que caracteriza o crime de estelionato" (CC 122.257/SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), Terceira Seção, DJE de 12/12/2012).***

***2. Se a fraude é praticada para a obtenção de qualquer tipo de empréstimo cujos valores não tenham destinação específica, a conduta caracteriza o delito de estelionato, de competência da Justiça Estadual. Contudo, se a fraude tem em vista o objetivo específico de ter acesso a financiamento, está-se diante de crime contra o Sistema Financeiro Nacional (CC 140.386/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe 20/08/2015).***

***3. Contratado o mútuo perante instituição financeira privada, com a destinação específica de aquisição de automóvel, valendo-se de documento falso, enquadra-se a operação no conceito de "financiamento" e a conduta investigada melhor se amolda ao tipo penal previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86 (Obter, mediante fraude, financiamento em instituição financeira), cujo processamento e julgamento é da competência da Justiça Federal, nos termos do art. 26 da Lei n. 7.492/1986. Precedentes desta Corte: CC 151.188/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 23/06/2017 e AgRg no REsp 1427122/MG, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 21/10/2016.***

***4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no CC n. 156.185/MG, Terceira Seção, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 27/3/2018, grifei).***

***"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OBTENÇÃO FRAUDULENTA DE FINANCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.***

***1. Conforme orientação desta Corte, a prática de fraude para obtenção de recursos em instituição financeira, recursos estes que serviriam para aquisição de bem específico***

*(ou com destinação específica), caracteriza o crime do art. 19 da Lei n. 7.492/1986.*

*2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara Criminal Especializada em Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional e Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ora suscitante" (CC n. 140.184/SP, Terceira Seção, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 19/4/2016, grifei).*

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do **Juízo Federal da Vara única de Parnaíba - SJ/PI** , o suscitante.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator